



Um caminhar sinodal de profetas

Desafios para a Igreja no Brasil em nossos dias

INAPAZ 1

Recordando

Até o momento, as análises de conjuntura eclesial têm insistido na relação entre o que optaram por chamar de ethos religioso brasileiro e sua relação com o modo como, no Brasil, se tem levado adiante a ação pastoral, identificando certo nível de descompasso entre o ethos e a pastoral. O resultado mais agudo desse descompasso é o que se tem chamado nas análises anteriores de baixa incidência na formação das consciências individuais e nos valores maiores que conduzem a sociedade brasileira. Em consequência, um dos grandes desafios pastorais para o nosso tempo consiste exatamente em discernir caminhos para que a ação evangelizadora, na medida em que deseja ser efetivamente sal, luz e fermento, seja capaz de despertar a atenção e, mais ainda, o fascínio e a adesão ao Reino de Deus.

O desafio

Não se trata, portanto, de inércia pastoral, no sentido de que não estamos anunciando o Evangelho pelo testemunho e pelas diversas formas de concretizar o dia a dia de nossa pastoral. Trata-se da relação que nosso jeito de fazer pastoral estabelece como o ethos brasileiro atual, marcado por agudos processos de desinstitucionalização e individualização, na esteira do que se denominou nas análises anteriores como secularização. O empenho de pessoas, grupos, pastorais, movimentos e outras associações é inegável. Importa, porém, discernir até que ponto todo o esforço desenvolvido tem sido capaz de gerar o referido fascínio por Jesus Cristo e o Reino de Deus, com consequências transformadoras para a realidade brasileira, especialmente nas situações mais sofridas. Por isso, precisamos nos indagar se esse esforço não poderia avançar um pouco mais em alguns aspectos, de modo que

¹ A equipe do INAPAZ é composta por D. Joel Portella Amado, D. Wellington Queiróz, Pe. Abimar Oliveira de Moraes, Pe. André Márcio Nogueira de Souza, Pe. Danilo Pinto dos Santos, Pe. Douglas Alves Fontes, Pe. Jânison de Sá Santos, Pe. Manoel de Oliveira Filho, Pe. Marcelo Batalioto, Pe. Marcial Maçaneiro, Sra. Maria Inês Castro Millen, Srta. Mariana Venâncio, Irmã Sueli Cruz e Pe. Waldecir Gonzaga.





situações claramente contrárias ao Reino de Deus não acontecessem de modo tão gritante Brasil afora.

Como exemplo, podemos indicar que esta reflexão está sendo oferecida ao CONSEP em um momento em que queimadas atingem direta ou indiretamente todo o país. Vivemos também um tempo de eleições municipais em que o poder financeiro parece ainda se mostrar forte em um contexto no qual as esperanças dos mais pobres acabam esquecidas. Questões como fome, desemprego, ausência de moradia, entre outras são substituídas por messianismos das mais variadas vertentes. Enquanto isso, como já indicado em análises anteriores, a ação evangelizadora vai experimentando distanciamentos entre suas diversas formas e fragmentações, que, em lugar de serem espaços para a pluralidade relacional de formas, acabam, algumas vezes, dando espaço para rejeições e mesmo embates que em nada contribuem para que a incidência evangelizadora ocorra.

Os perfis pastorais

No início desse ano, as análises apresentadas indicavam a predominância de alguns perfis pastorais predominantes no cotidiano brasileiro. Dentre esses perfis, eram mencionados o devocionismo e a pastoral de perfil socializante. Víamos que tais perfis pastorais carregam em si uma carga de ambiguidade, na medida em que possuem valores indispensáveis, concretizados, no entanto, em formato desafiador. O devocionismo lida com a piedade popular, tão presente entre nós, com uma força evangelizadora imensa, riqueza da qual não podemos abrir mão. Além disso, a piedade popular é a forma apta para interagir com contextos em que os discursos, os conceitos e as definições se mostram insuficientes. Por sua vez, a pastoral de perfil socializante concretiza a presença solidária da Igreja em meio às “alegrias e esperanças” do povo brasileiro, ampliando mais recentemente essa solidariedade para as questões ligadas à casa comum. Rejeitar o compromisso solidário com os pobres e sofredores desta terra significa negar a própria identidade do cristianismo. Como, no entanto, estamos em situação de ambiguidade, há limites a serem considerados.

Nas análises anteriores, era mencionado o limite do que ali se chamava de pastoral das consequências, um jeito de se viver a ação evangelizadora próprio das cristandades, onde a transmissão da fé e o primeiro encontro com Jesus Cristo acontecem por meio das grandes instâncias sociais. Uma sociedade cristã transmite os valores cristãos. Como o avanço dos processos





secularizantes, marcados pelo pluralismo religioso, pela desinstitucionalização e pela individualização, a prioridade pastoral se deslocou das consequências da fé para a necessidade de se explicitar o encontro com Jesus Cristo e o Reino de Deus, encontro que não pode mais ser dado como pressuposto. Mesmo que essa afirmação já tenha sido feita inúmeras vezes, a realidade mostra ser necessário reiterá-la ainda por um longo tempo, pois as pastorais de consequências precisam se reconhecer como tal, reportando-se a um momento prévio de clara e intensa iniciação à vida cristã. Sem investimento na efetiva iniciação cristã, as pastorais de consequências correm o risco de verem seus membros esgotados pela sobrecarga de trabalho sem que a realidade se transforme como desejável.

Além disso, outro fator se faz presente com consequências preocupantes. Trata-se da dificuldade de diálogo entre essas diferentes formas de concretizar a ação evangelizadora. Algumas vezes, a ausência de diálogo é tão grande que fica a impressão de que não estamos nem mesmo na mesma Igreja. Daí a hipótese de que a mútua rejeição entre tentativas de concretizações do mesmo Evangelho para o dia a dia, com uma forte incapacidade para o diálogo só agrava as distâncias e, com isso, não incide efetivamente sobre a realidade. Por que será que os de Apolo de hoje não conversam com os de Cefas, com os de Paulo? É viável levantar a hipótese de que, imersos na pluralidade tão própria de nosso tempo, não estamos conseguindo concretizar a comunhão de dons e carismas, inerente à identidade da Igreja? Se, por um lado, não estamos mais na Mesopotâmia do século III, não haveria aqui alguma forma de neomaniqueísmo, em que os bons somos apenas nós e os outros, porque pensam e sentem diferente, imergem-se nas obscuridades do mal? É fato inegável que, algumas vezes, nos assustamos com o que vemos ser feito em nome da fé e o desejo é bem semelhante ao de Jesus junto aos vendilhões do templo. Em situações assim, o diálogo é difícil. No entanto, será que todas as situações podem ser equiparadas à porta do tempo de Jerusalém, onde qualquer forma de diálogo se mostrava impossível, cabendo apenas o recurso do açoite?

Uma crise de comunhão?

Por certo, trata-se aqui de uma hipótese a ser avaliada, corrigida ou ratificada, conforme o entendimento do CONSEP. No entanto, para além das





identificações e simpatias, é impossível negar que estejamos vivenciando um momento histórico que, entre outros aspectos, pode ser identificado como um período de crise de comunhão. Se, nos regimes de cristandade, a predominância era do único princípio, da única perspectiva, da única postura, tudo indica que, com o advento da pluralidade, não estamos conseguindo estabelecer comunhão entre os diferentes. Assim, é a mera justaposição que acaba se tornando a regra tácita para a convivência social. O problema está no fato de que a justaposição nunca é plenamente satisfatória. No máximo, permite políticas de boa vizinhança, as quais desaparecem nos momentos em que as perspectivas se distanciam. Surgem então os conflitos, as polarizações e os embates, algumas vezes, no âmbito religioso, em nome de Jesus Cristo e em razão da fidelidade ao Reino de Deus, por mais contraditória que uma fidelidade sem comunhão venha ser.

Em um contexto como esse, é possível levantar a hipótese de que estamos vivenciando um binarismo que atinge não apenas a sociedade brasileira como um todo (direita X esquerda), mas também a vivência eclesial, quando as questões são colocadas em chave de oposição: clero X laicato, Igreja X Reino de Deus, ecclesiologia X cristologia, louvor X engajamento e assim por diante. Nesses binarismos, os embates, ainda que em nome de Deus, se deslocam bem mais para as diferenças, tendo como consequência o esquecimento de que a multiforme ação do Espírito constrói comunhão entre os diferentes, em especial nas situações em que se tem, por assim dizer, a emocional e excludente certeza de que a comunhão é irrealizável. Mais ainda, preocupa o fato de que os binarismos estejam exercendo influência maior na vivência e na transmissão da fé do que o contrário. Será mesmo que o mundo está fermentando a Igreja, quando deveria, por mandato do Senhor, ser rigorosamente o contrário?

Daí a importância do sínodo em curso, cujo tema principal, para além dos binarismos emergentes, é a comunhão em vista da missão. Concretizada na participação de todos os batizados e batizadas na vida e na missão da Igreja, não é o sínodo uma condição testemunhal de que a comunhão é o caminho para a incidência em relação a um mundo de justaposições binaristas, polarizantes e conflituais?

O profetismo da comunhão

Essa foi a razão pela qual, na análise de conjuntura eclesial apresentada ao CONSEP de agosto 2024, optou-se por falar em profetismo. Ali se afirmava





que, em tempos de pós-verdade, o caminho é a busca em comum pelos rumos a seguir. Em tempos em que identidades, critérios e definições experimentam tamanha flacidez que já não se encontram bases para o diálogo e a convivência, o caminho é exatamente o que estamos a tratar no sínodo em curso, ou seja, a sinodalidade, sempre – atenção! - em vista da missão. Afinal, se não conseguimos viver a comunhão entre nós, como poderemos interpelar o mundo em suas diversas formas de exclusão, divisão, conflitos, espoliações e guerras? Esta é a razão pela qual se levanta aqui a hipótese do que se está chamando de profetismo de comunhão.

Sabemos que, em tempos de pós-verdade, as palavras tendem a perder sua univocidade, podendo conseqüentemente adquirir sentidos diversos, algumas vezes até mesmo opostos. Ao que tudo indica, profetismo é uma dessas palavras. A título de exemplo, podemos indicar três usos dessa mesma palavra circulando aqui e acolá em nossos dias. O conteúdo mais usual é o que alia profetismo à luta socioambiental. Profeta, nesse caso, serão a pessoa ou o grupo que combatem o status quo em vista da justiça socioambiental. Um segundo conteúdo liga-se mais a um perfil espiritualizante, em que profetizar significa não só antever o futuro, mas estabelecer com Deus uma espécie de contrato, acordo ou mesmo dominação para que determinado resultado efetivamente aconteça. Em terceiro lugar, em uma aplicação eticamente questionável, deparamo-nos com a apresentação dos jogos online como um ato de profetizar. Nas apostas pela internet, esse termo é usado de forma figurativa para descrever a ação de prever os resultados de jogo, em um Brasil que, proibindo cassinos presenciais, abre portas virtuais para que o jogo adentre o país.

Aqui estão alguns exemplos de usos diversificados da mesma palavra, profetismo, o que gera confusão terminológica. Essa confusão está diretamente ligada ao contexto de pós-verdade. Cada pessoa ou grupo tem o seu conteúdo, não se predispondo a colocar sua perspectiva em diálogo com as demais.

Em meio, portanto, a essa polissemia ligada ao termo profetismo, somos irrenunciavelmente convocados a nos voltarmos para a Escritura e nela identificar o que, para os cristãos, significa ser efetivamente profeta. Sabemos que o profetismo bíblico é um fenômeno central no Antigo Testamento, no qual homens vocacionados por Deus alertam o povo a respeito de suas infidelidades, propondo correções e apresentando promessas de esperança. Visto sob a ótica da teologia pastoral, o profeta é um leitor da realidade, identificando as discrepâncias entre o mandamento divino e a vivência da





comunidade. A Igreja, no caminho de Jesus Cristo, é vocacionada a assumir o profetismo de forma radical, como condição de fidelidade. Isso significa reconhecer que, por um lado, ela deve mergulhar nas realidades cotidianas de pessoas, grupos e povos, mas, por outro, não deve se identificar plenamente com realidade alguma. A Igreja está no mundo, sem, contudo, ser do mundo. Faz-se presente, mas exerce continuamente o discernimento entre o que, nas culturas, pode ser acolhido e o que precisa ser interpelado em vista da conversão. Desse modo, o cristianismo traz necessariamente em si uma característica contracultural, pois, assim como Cristo Senhor, se encarnou, identificando-se em tudo com o ser humano, exceto no pecado, também a Igreja é chamada a se fazer presente e solidária em meio às culturas, não, porém, se identificando de modo pleno, absoluto, total com tudo o que uma determinada cultura apresenta. Nos termos do que aqui se está refletindo, faz-se, portanto, necessário refletir sobre a comunhão. Isso também acontece porque o próprio termo comunhão carece de desambiguação, pois a tendência atual parece ser a de se estabelecer comunhão somente entre os iguais, ou seja, entre os que pensam e agem do mesmo modo. Nesse caso, é de se perguntar, se existe efetiva comunhão, ou seja, se entre iguais não existe bem mais clonagem do que de fato comunhão.

Enfraquecimento da comunhão e crise do comunitário

O caminhar pastoral da Igreja no Brasil, que experimenta um ethos religioso novo, diferente daquele que marcou o processo evangelizador até as últimas décadas, vai nos fazendo perceber que o espírito fundamentalmente comunitário da fé cristã está passando para um segundo plano, com o crescimento do individualismo religioso e de outras expressões contemporâneas de emergência do sujeito.

Esse individualismo religioso vem se distanciando de um aspecto tradicional da fé cristã, que consiste em coligar pessoas entre si, formando comunidade. Nesse sentido, a Igreja no Brasil, após um interlúdio relativamente breve, caracterizado pelo surgimento de muitas Comunidades Eclesiais de Base, Círculos Bíblicos, Grupos de Reflexão e de Oração, Novas Comunidades, dentre outros, precisa pensar seu fazer pastoral dentro de um contexto fortemente marcado pelo individualismo religioso a-comunitário ou, talvez, melhor ainda, desinstitucionalizado. A isso se deve acrescentar a categoria dos sem-religião, que, a aguardar os dados censitários, pode ter aumentado nos últimos anos.





A crise do comunitário não é um fenômeno unidirecional em que a ruptura com qualquer tipo de grupo ou comunidade seja a única forma de viver a fé. Ao contrário, o caminho é multidirecional, abrangendo, grosso modo, os sem-religião, os que aderem ao que se tem chamado de novas-comunidades e os que têm feito opções de retorno a formatos históricos passados. Nesse caleidoscópio pastoral, têm chamado a atenção os grupos que optam por se retirar da sociedade atual, fechando-se numa espécie de gueto eclesial tradicional, alimentado, sobremaneira, pelas redes sociais. Nesse fenômeno novo, observamos que o indivíduo católico busca unir-se a outros que pensam como ele, fazendo com que a pertença àquele determinado grupo de referência se revele importantíssima, a ponto de fazê-lo crer que aquela seja a única possibilidade de ser Igreja católica.

Trata-se de um fenômeno atual de grande complexidade e que se alimenta de uma espécie de atmosfera coletiva hostil à sociedade e à própria CNBB. Não se nega que, dentro desses grupos, existem pessoas que buscam um estilo de vida cristã coerente em meio ao vazio deixado pela pós-verdade e suas identidades flácidas. São resistências aos componentes dessa cultura contemporânea plural e fragmentada, com uma identidade em contínua ebulição. Infelizmente, tais grupos muitas vezes acabam por se configurar como grupos de aberto protesto contra algumas estruturas pastorais, como é o caso da Campanha da Fraternidade. Para se manterem, recorrem à tradição que consideram autêntica, esquecendo-se, todavia, que toda configuração histórica, exatamente por ser histórica, está ligada ao contexto em que surgiu. A descontextualização é, por conseguinte, altamente perigosa.

Em geral, tais manifestações são expressões desse contexto fortemente marcado pela individualização, pois, embora também existam grupos com perfil belicoso, são indivíduos, influencers como se diz atualmente, que, alicerçados em uma comunicação de ponta, em um contexto turbulento e com referências flácidas, arvoram-se em arautos da fidelidade, atingindo consciências inseguras com perspectivas tendenciosas, na linha da seleção de conteúdos. É óbvio que, em determinadas situações, notadamente naquelas em que até mesmo o Santo Padre é atingido e negado na sua missão de sucessor de Pedro, há de se indagar se ainda existe efetiva vinculação com a Igreja católica, mesmo que o discurso seja o da salvaguarda eclesial.

Um processo a exigir atenção?





Em tudo isso, fortalece-se a percepção de que seja necessário prestar maior atenção a um caminho de crescente fechamento à comunhão e a todas as suas concretizações, como o diálogo e a convivência. Também a título de mera hipótese, fica a impressão de que, tendo dado os primeiros passos no campo da liturgia, outros passos estão sendo dados mais recentemente. De fato, primeiro foi a liturgia, com o retorno a um tempo em que nem os pais da juventude atual estavam vivos. Em seguida, foi a espiritualidade, em que o bélico tomou o lugar do fraterno, emergindo espiritualidades da prosperidade e do domínio. Em um terceiro passo, tem sido a catequese, no desejo de um perfil mais doutrinal, ao estilo dos catecismos tridentinos. Em quarto lugar, a educação, com o desejo e a efetivação de escolas nitidamente católicas. Em quinto lugar, a Bíblia, com o desejo de regresso à vulgata clementina. O que virá em seguida?

Certamente não se pode considerar as etapas acima como cronológicas, pois a realidade é mais complexa. Importa considerar cada uma dessas atitudes como passos de um processo em que a lógica sobre a qual se está construindo a realidade de nossos dias não tem a comunhão como dimensão predominante. Ao contrário, estamos diante da lógica da separação, da ruptura, do gueto. No desejo talvez de proteção, acabam criando um mundo paralelo, desconectando-se da história, com suas alegrias e mazelas, desencarnando a experiência da fé, transformada em feudo. Alimentada por um tipo de sedevacantismo explícito ou tácito, essa lógica rompe com todos os mecanismos de freio, desejando-se e mesmo se tornando absoluta, autorreferencial, senhora de si mesma.

Não se pode negar que, subjacente a algumas propostas, como é o caso de escolas que se querem nitidamente católicas, exista a preocupação pela educação dos filhos em ambientes onde questões, como, por exemplo, de gênero e raça tendem a predominar sobre quaisquer outras, gerando desconforto. Gênero e raça são questões contemporâneas e por isso devem ser enfrentadas, não, contudo, em lógicas de embate. O caminho para o enfrentamento também dessas questões deve ser o da comunhão, da escuta, do diálogo.

É claro que a ação evangelizadora da Igreja no Brasil não se restringe a tais grupos. Ao contrário, há muito mais acontecendo, fato que foi amplamente destacado na reunião do CONSEP em agosto 2024. Há muito trabalho sendo feito e as pastorais, associações, movimentos e comunidades estão mergulhadas no trabalho efetuado. Há, contudo, de se perguntar se todo esse trabalho não está sendo feito em chave de justaposição, ou seja,





ao lado dos processos de fechamento acima mencionados. É de se levantar a hipótese se não estamos permitindo justaposições em lugar de comunhão. Não estamos na hora de investir profeticamente na comunhão como critério de transformação radical da realidade em todas as suas dimensões?

Uma identidade firmada na comunhão

Um dos importantes frutos do processo de recepção do Vaticano II, na Igreja no Brasil, foi a redescoberta da comunidade e, conseqüentemente, da busca por formas de viver em comunhão. Falamos de redescoberta, porque, ao analisarmos a história, nos depararemos com outras tentativas de estabelecimento de formas sociais comunitárias. Nos anos sucessivos ao Concílio Vaticano II, a Igreja no Brasil viu nascer inúmeras experiências de vivência comunitária. Os nomes que receberam e as configurações foram variados.

Com a crise das instituições, que deixam de ser referência direta, determinante do conhecimento, da ética e da identidade, as interações do mundo digital aumentam sua força de influência, a começar pelos mais jovens. Nesse cenário, os fatores se cruzam. Há, com isso, o que se pode chamar de perda da confiança, sobretudo em relação às instituições. A crise das instituições e a dificuldade na verificação dos fatos piora com o agravante da violência, não só social, mas moral, psicológica e digital. A perda da confiança aumenta, o medo acompanha o cotidiano, a esperança se abala, o horizonte de sentido se estreita, a percepção temporal se encurta na experiência cotidiana, com menor disposição para projetos de médio e longo prazo. Há, portanto, uma crise de esperança no cenário atual. Essa crise agrava a individualização e a imediatização, vistas como soluções – única soluções! – para o conviver histórico.

Há um sentimento generalizado de insegurança, de fragmentação dos acervos instituídos. Em resposta, muitos se agregam por afinidade ou interesse, assumindo posicionamentos sectários e até belicosos com os demais. Cresce a dificuldade de conviver com o diferentes, com a alteridade. Há poucos recursos e pouca memória para uma leitura ajuizada da realidade, dando chance às parcialidades de toda sorte. A complexidade é negada e tudo passa a ser compreendido simplificado, com ótica binária. Daí as expressões de pós-verdade, de um lado (que nega o passado) e de retrotopia, de outro lado (que nega o futuro). E esse é um processo que atinge também a dimensão religiosa, batendo em nossas portas pastorais.





A comunhão como paradigma profético

A comunhão não se restringe ao conceitual, pois é por definição relacionamento, prática, vivência. É um conceito que não se sustenta apenas teoricamente, mas acima de tudo relacionalmente. É um efetivo modo de ser com os outros, um etilo de vida plural e orgânico. Nesse sentido, ela necessita de condições para acontecer, como vimos nos séculos XIX a XX, ainda no cenário da Primeira Modernidade. Naquele período, os sujeitos, as instituições e o senso histórico favoreciam certa estabilidade nas relações sociais, familiares e eclesiais. Ainda que sempre desafiadas por mudanças e riscos, essas relações encontravam alicerces nos meios social, cultural e religioso, que mantinham a comunhão como um paradigma, consolidado nos séculos de cristianismo ocidental. Assim, a comunhão se mantinha como paradigma, objeto de adesão, não só teórica, mas pessoal e estrutural, favorecendo o encontro, a comunidade, com expressões coletivas de fé, esperança e caridade. Mesmo a divisão entre as denominações cristãs e as Guerras Mundiais não conseguiram cancelar a comunhão como paradigma, pois se partia do pressuposto da coletividade, das relações harmônicas, da convivência social, do direito comum como premissa, como ideal, como objeto de adesão e construção coletiva. A comunhão sustentou por séculos a missão, a construção coletiva, o culto, a caridade e o martírio.

A novidade trazida pela crise da Modernidade, com suas consequências agravadas pela midiaticização da cultura e a recente crise de esperança, está no fato de que foram sobretudo afetadas as condições para que a comunhão se mantivesse como paradigma. Há recentemente uma crise da comunhão não como ideal – o que ainda se justifica e se argumenta – mas como paradigma efetivo, isto é, como um modelo ou projeto relacional modelar, fortemente desejado e, como tal, capaz de mover a inteligência e a vontade. Nesse contexto atual, a comunhão se enfraqueceu como paradigma. Já não é mais uma premissa, um acervo memorável e consolidado, que incide nas escolhas, tornando-se objeto de adesão prática.

Isso, porém, não é fato concluído, pois onde persistem a memória, o acesso às fontes clássicas, o eco da instituição, os vínculos significativos e os símbolos comuns, com força de convergência, de agregação, a comunhão perdura como paradigma, mesmo que abalado. Daí a insistência pastoral atual em alguns aspectos irrenunciáveis. Dentre esses aspectos destacam-se a estrutura eclesial em pequenas comunidades com os vínculos humanos





imediatos. A pastoral de massa pode e deve ser assumida como auxílio a uma realidade anterior e maior, que é, repetindo, a das pequenas comunidades, multiformes na organização, nos carismas e na concretização da missão evangelizadora. Em segundo lugar, essas pequenas comunidades devem externamente ser organizadas em rede com outras pequenas comunidades. Internamente devem ser testemunhos vivos da sinodalidade enquanto participação das diversas formas de vivência cristã, comunhão de carismas, com participação efetiva de todos os membros. Redes e sinodalidade são formas contemporâneas de concretizar o sentido de comunhão. Afinal, a comunhão nunca foi apenas um conceito ou um ideal; mas uma forma muito concreta de viver, testemunhar e transmitir a fé cristã.

Para que a comunhão persista, uma vez que é elemento essencial da visão cristã de Deus e de Igreja, há de se priorizarem os vínculos, os encontros, os relacionamentos, com disposição, paciência e criatividade. Há de se aproveitando antigos e novos recursos celebrativos e comunicacionais, sem, entretanto, cair no equívoco de reduzir a comunhão ao um conceito ou a uma certa expressão do passado, evitando também a retrotopia teológica, seja para qualquer momento passado da história do cristianismo no Brasil.

Comunhão entre as diferentes formas de presença eclesial

Na medida em que tanto se tem insistido a respeito de incidência no contexto sociocultural em vista dos valores do Reino de Deus, resulta claro que o respeito às culturas não significa ausência de apresentação da Boa Nova do Reino de Deus. Esta, por decorrência do Evangelho, precisará sempre ser apresentada. Nunca, porém, imposta. Nesse sentido, esta apresentação da Boa Nova há ter como ponto de partida a efetiva vida em comunidade. São, como já mencionado antes, as comunidades que, no dia a dia, inseridas na vida de pessoas e povos, realizam a primeira e maior incidência, aliada ao que cada cristão e cristã realiza no âmbito individual.

Ao lado dessa micro incidência, é possível e mesmo necessário considerar outras formas, como referido na análise de conjuntura eclesial apresentada na reunião do CONSEP de agosto 2024. As manifestações oficiais da Conferência Episcopal, conforme discernido e aprovado no novo Estatuto são uma forma de importante e necessária para que se fale ao país como um todo. Exigem, como indicado na referida análise, não se manterem como as únicas formas. Internamente, exigem maior diálogo para sua construção, ainda que a urgência peça celeridade. Externamente, exigem tradução para





outros instrumentos contemporâneos de comunicação. Devem ainda ser integradas com diversos processos de ajuda ao diálogo entre diferentes instâncias, como expressões de uma igreja que, diante de muros, constrói pontes.

E vamos ao sínodo

Esta análise de conjuntura eclesial está sendo apresentada praticamente às portas da segunda sessão sinodal, prevista para o início do próximo mês de outubro. Qualquer tentativa de definição agora será desrespeito a tudo que o sínodo implica. Da primeira sessão, vimos que a comunhão é o grande aspecto a destacar na identidade da Igreja, notadamente em um mundo com tantas divisões. Vimos também que o povo de Deus é um sujeito eminentemente comunitário, comunal e que a escuta e o diálogo são condições indispensáveis para que a comunhão efetivamente ocorra. A sinodalidade, cujo conteúdo costumamos tanto a entender, é a forma contemporânea para concretizar a comunhão. Se, em outras épocas, a comunhão se concretizou em diferentes maneiras, atualmente ela é chamada a se concretizar na sinodalidade.

Não se trata aqui de, já agora, impor condições ao sínodo, pois, comunhão implica escuta e aceitação de que nossos sonhos, nossas propostas, por mais relevantes que sejam, só terão sentido se construídas exatamente na comunhão. Essa foi a indicação do Papa Francisco ao mencionar que o sínodo não é um parlamento, onde as decisões são tomadas a partir da quantidade de votos, obtidos muitas vezes por correlações de forças que não se fundamentam na comunhão. Importa que o princípio sinodal da escuta participativa seja sempre em vista da missão, isto é, do serviço gratuito e solidário às pessoas, aos povos e, enfim, à vida, assumindo que estamos vivendo em um mundo de constantes e significativas mudanças.

Viver e trabalhar pela comunhão é, em nossos dias, concretizar o profetismo. Em nome do Deus Uno-Trino, Deus-Amor, Comunhão dinâmica, pericorética, somos convidados a interpelar todas as formas de individualismo e autorreferencialidade, mesmo que se arvorem como expressões da mais legítima fé. Se temos fé no Deus revelado em e por Jesus Cristo, somos servos e arautos da comunhão. Somos seus profetas.

